

SUMÁRIO

Justiça Desportiva: aspectos práticos do processo, 9

GUSTAVO DELBIN

Lista de abreviaturas	10
1. Introdução	11
2. Conceitos	12
3. Evolução histórico-legislativa	16
4. Fundamentos Constitucionais da Justiça Desportiva	21
5. Princípios da Justiça Desportiva	24
6. Competência da Justiça Desportiva	26
7. Composição, Organização e Funcionamento da Justiça Desportiva	27
8. Superior Tribunal de Justiça Desportiva	28
9. Tribunal de Justiça Desportiva	29
10. Comissões Disciplinares	30
11. Procuradoria	30
12. Secretaria	31
13. Processo e procedimento na Justiça Desportiva	31
14. Prazos	34
15. Súmula ou Relatório	34
16. O Processo Desportivo	36
17. Procedimento Sumário	37
18. Procedimento Especial	38
19. Sessão de instrução e julgamento	39
20. Recursos	41
21. Resumo	42
22. Bibliografia	43

Suspensão e interrupção do contrato de trabalho dos atletas de futebol, 45

RODRIGO FERREIRA DA COSTA SILVA

1. Introdução	47
1.1. Denominação	47
1.2. Conceito	48
1.3. Distinção	49
2. Desenvolvimento	51
2.1. Breve consideração acerca da previsão contratual	51
2.2. Suspensão dos efeitos do contrato de trabalho	53
2.3. Hipóteses de ocorrência	54
2.3.1. Lesões físicas	54
2.3.2. Impedimento de participar de partidas em razão da punição por cartões	55
2.3.3. Licença concedida pela entidade de prática desportiva	57
2.3.4. Convocação para seleção brasileira	58
2.3.5. Suspensão por decisão da Justiça Desportiva ...	59
2.3.6. Suspensão por mau comportamento	60
2.4. Previsão legal da cláusula extra nos termos das leis 6.354 de 1976 e 9.615 de 1998	61
2.5. Cláusula extra e vantagem econômica	63
2.6. Interrupção dos efeitos do contrato de trabalho	64
3. Conclusão	65
4. Referências bibliográficas	66

Aspectos polêmicos do CBJD e da Justiça Desportiva, 67

RICARDO GRAICHE

1. Resumo do presente trabalho	69
2. Breve histórico da Justiça Desportiva	70
3. Introdução à Justiça Desportiva	72
4. O Código Brasileiro de Justiça Desportiva e sua recente alteração	76
5. A verdadeira natureza jurídica dos órgãos judicantes da Justiça Desportiva	78
6. Necessidade de nomeação de advogado dativo para atuação na Justiça Desportiva	83
7. A supressão de instâncias em virtude do caráter da competição	85
8. A inconstitucionalidade da parte final do artigo 52 da Lei nº 9.615/98	87
9. O polêmico artigo 213 do CBJD	89
10. Conclusão	92
11. Referências bibliográficas	94